



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Gabinete Civil da Governadoria**

**DECRETO Nº 5.214, DE 12 DE MARÇO DE 2000.**

- [Revogado pelo Decreto nº 9.766, de 14-12-2020.](#)

~~Aprova o Regulamento do Conselho Estadual de Desporto e Lazer—CEDEL.~~

- [Conselho extinto pela Lei nº 14.383, de 31-12-2002.](#)

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 17759609,~~

**~~D E C R E T A:~~**

~~Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento do Conselho Estadual de Desporto e Lazer—CEDEL.~~

~~Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 12 de novembro de 1999, revogadas as disposições em contrário.~~

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 12 de abril de 2000, 112<sup>º</sup> da República.

**MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR**

Florianio Gomes da Silva Filho

Giuseppe Vecchi

**(D.O. de 18-04-2000)**

**~~REGULAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTO E LAZER—CEDEL~~**

**~~TÍTULO I~~**

~~Des Princípios Fundamentais do Desporto e Lazer~~

~~Art. 1º O desporto e lazer, consagrado como dever do Estado e direito do cidadão, tem como base os seguintes princípios:—~~

~~I—soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva e de lazer;—~~

~~II—autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva e de lazer, como sujeitos nas decisões que as afetam;~~

~~III—democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas e de lazer, sem distinções e quaisquer formas de discriminação;~~

~~IV—liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;~~

~~V—direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não formais;—~~

~~VI—diferenciação, consubstanciado no treinamento específico dado ao desporto profissional e não profissional;—~~

~~VII—identidade nacional, refletido na proteção e no incentivo às manifestações de criação nacional;—~~

~~VIII—educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;~~

~~IX—qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados com a cidadania e o desenvolvimento físico e moral;~~

~~X—descentralização, consubstanciado na organização e no funcionamento harmônico de sistema desportivos diferenciados e autônomos para os níveis estadual e municipal;~~

~~sensorial;-~~

~~XI—segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou~~

~~XII—eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa.-~~

## **TÍTULO II**

### **Da Conceituação e das Finalidades do Desporto e Lazer**

**Art. 2º** O desporto, como atividade física e intelectual, pode-se apresentar nas seguintes manifestações:-

~~I—desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;~~

~~II—desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;~~

~~III—desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.-~~

~~Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:-~~

~~I—de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;~~

~~II—de modo não profissional, compreendendo o desporto:-~~

~~a) semiprofissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizam remuneração derivada de contrato de trabalho;~~

~~b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou incentivos materiais.-~~

## **TÍTULO III**

### **Do Sistema Estadual do Desporto e Lazer**

## **CAPÍTULO I**

### **Do Objetivo**

**Art. 3º** O Sistema Estadual do Desporto e Lazer em Goiás, observadas as peculiaridades do Estado, tem como objetivo garantir e fomentar as práticas desportivas formais e não formais regulares e melhorar o seu padrão de qualidade.-

**Art. 4º** A ação do Poder Público Estadual exercer-se-á em obediência às seguintes prioridades:-

~~I—promoção e incentivo à iniciação esportiva;-~~

~~II—estímulo à prática do desporto de participação;-~~

~~III—fomento ao desporto de rendimento;-~~

~~IV—incentivo ao lazer como forma de promoção social;-~~

~~V—apoio à capacitação de recursos humanos;-~~

~~VI—apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação;-~~

~~VII—proteção e incentivo às atividades esportivas com identidade cultural;-~~

~~VIII—implantação, implementação e apoio à infra-estrutura esportiva, com especial atenção para as instalações escolares;-~~

~~IX—apoio ao desporto educacional;-~~

~~X—proteção, incentivo e apoio ao desporto e lazer da infância e da juventude;-~~

~~XI—proteção, incentivo e apoio ao desporto feminino.-~~

## **CAPÍTULO II**

### **Da Composição**

**Art. 5º** Compõem o Sistema Estadual do Desporto e Lazer:-

~~I—O Conselho Estadual do Desporto e Lazer, criado pelo art. 11 da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999;~~

~~II—as entidades estaduais de administração do desporto;-~~

~~III—as entidades de prática do desporto e lazer filiadas às respectivas entidades estaduais de administração do desporto;-~~

~~IV—os sistemas municipais do desporto, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza específica de cada modalidade desportiva;~~

~~V—as instituições que formem e aprimorem recursos humanos ou promovem a cultura, o lazer e as ciências do esporte.—~~

#### **TÍTULO IV**

~~Do Conselho Estadual de Desporto e Lazer—CEDEL~~

#### **CAPÍTULO I**

~~Da Finalidade~~

~~Art. 6º O Conselho Estadual de Desporto e Lazer—CEDEL, integrante da Governadoria por força do disposto no art. 11 da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, com sede administrativa própria, é órgão colegiado, de caráter normativo e deliberativo, responsável pela elaboração, fomento, promoção e acompanhamento das políticas públicas de esportes e lazer do Estado de Goiás, tendo como incumbência:~~

- ~~I—fazer cumprir os princípios e preceitos de legislação federal e estadual do esporte;—~~
- ~~II—fornecer subsídios técnicos para a elaboração do plano estadual de esporte e lazer;—~~
- ~~III—estabelecer normas, em forma de resoluções, que garantam os direitos e impeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas no âmbito do Estado;—~~
- ~~IV—outorgar Certificado de Mérito desportivo Estadual;—~~
- ~~V—acompanhar, orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros do Estado, destinados às atividades desportivas;—~~
- ~~VI—conceder certificado de registro de entidades desportivas;—~~
- ~~VII—exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva.—~~

#### **CAPÍTULO II**

~~Da Organização do Colegiado~~

#### **SEÇÃO I**

~~Da Composição e dos Mandatos~~

~~Art. 7º O Conselho Estadual de Desporto e Lazer será composto por 9 (nove) membros, todos nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, na forma abaixo descrita:~~

- ~~I—Presidente;—~~
- ~~II—um representante de cada um dos seguintes órgãos e segmentos organizados da sociedade:—~~
  - ~~a) Gabinete Civil;~~
  - ~~b) Secretaria de Indústria e Comércio;~~
  - ~~c) Escola Superior de Educação Física de Goiás—ESEFEGO;—~~
  - ~~d) Agência Goiana de Turismo—AGETUR;—~~
  - ~~e) esporte não-profissional;~~
  - ~~f) esporte profissional;~~
  - ~~g) desporto para portadores de deficiência;~~
  - ~~h) Sindicato dos Árbitros.—~~

~~Art. 8º Cada membro do Conselho Estadual de Desporto e Lazer terá um suplente, indicado pela mesma representação, que será convocado para funcionar no Conselho nos casos de falta, licença, férias ou impedimento do Conselheiro e sucedê-lo em caso de vacância e, quando no exercício da função, gozará das mesmas prerrogativas do titular substituído.~~

~~§ 1º Perderá o mandato o Conselheiro que faltar a 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa plausível.~~

~~§ 2º O exercício da função de Conselheiro do CEDEL será considerado como serviço relevante prestado ao Estado de Goiás, não cabendo por ele qualquer remuneração, à exceção de seu Presidente.~~

~~§ 3º Fica assegurado ao Presidente do Conselho o voto de qualidade, em caso de empate, além de seu voto comum.—~~

~~§ 4º A duração do mandato dos Conselhos é de 4 (quatro) anos.—~~

#### **SEÇÃO II**

~~Do Funcionamento~~

~~Art. 9º O CEDEL reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.~~

~~Parágrafo único. As sessões serão instaladas com quorum representado pela maioria absoluta dos membros do Conselho, em primeira convocação, e 1/3 (um terço), na segunda convocação, passados 30 (trinta) minutos da primeira.~~

~~Art. 10. As deliberações do Conselho, sob a forma de decisões ou resoluções, somente poderão ser tomadas pela maioria simples dos Conselheiros presentes.~~

~~Art. 11. Observada a legislação em vigor, o Conselho estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.~~

~~Art. 12. Para a consecução de suas finalidades, o Conselho poderá deliberar sobre a criação de comissões de caráter temporário para exame ou encaminhamento de assuntos de competência específica.~~

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Competência do Conselho**

~~Art. 13. Compete ao Conselho Estadual de Desporto e Lazer:-~~

- ~~I— fazer cumprir os princípios e preceitos da legislação federal e estadual referentes ao esporte e lazer;-~~
- ~~II— promover a integração da família através do desporto e do lazer para a formação da cidadania plena;-~~
- ~~III— manter e promover intercâmbio com entidades esportivas nacionais e internacionais, para o aprimoramento técnico e físico de nossos atletas;~~
- ~~IV— desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas públicas do desporto e lazer junto a nossa comunidade;-~~
- ~~V— conceder e outorgar certificado do registro de entidades desportivas e do mérito desportivo estadual;-~~
- ~~VI— acompanhar e orientar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, destinados às atividades esportivas e de lazer;~~
- ~~VII— promover e incentivar as manifestações desportivas internacionais, nacionais estaduais e municipais;-~~
- ~~VIII— promover o desenvolvimento humano de nossos atletas, nos aspectos técnicos e profissionais, no desporto e lazer, desde sua iniciação até sua formação atlética;~~
- ~~IX— promover e fomentar o esporte e o lazer, aprimorar os eventos desportivos e de lazer nos municípios goianos;~~
- ~~X— executar estudos e pesquisas relativos ao aprimoramento e difusão do esporte;-~~
- ~~XI— executar sistemas de lazer, recreação e fomento aos já existentes que se destinem, preferencialmente, às classes de menores rendas;~~
- ~~XII— executar e fomentar os desportos de participação e de rendimento, conforme leis federais e estaduais vigentes;-~~
- ~~XIII— executar atividades relacionadas com desporto e o lazer de competência do Estado, previstas nos arts. 165 e 166 da Constituição Estadual;~~
- ~~XIV— participar da elaboração do plano plurianual de qualquer exercício;-~~
- ~~XV— utilizar o desporto como meio alternativo capaz de complementar o processo de reabilitação das pessoas portadoras de deficiência;-~~
- ~~XVI— administrar os equipamentos desportivos e acompanhar a utilização técnica e operacional dos mesmos, instalados no Estado de Goiás, bem como administrar o patrimônio pertinente ao Conselho;~~
- ~~XVII— outras atividades correlatas-~~

### **CAPÍTULO IV**

#### **Das Atribuições**

#### **SEÇÃO I**

##### **Dos Membros do Conselho**

~~Art. 14. São atribuições dos membros do CEDEL:-~~

- ~~I— relatar os processos que lhes forem distribuídos preferindo o voto a seguir;-~~
- ~~II— dar cumprimento às missões e aos encargos que lhes forem confiados;-~~
- ~~III— apreciar sobre os assuntos constantes da pauta das reuniões do Conselho;-~~
- ~~IV— comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;-~~
- ~~V— justificar suas ausências às reuniões-~~

#### **SEÇÃO II**

##### **Do Presidente do Conselho**

~~Art. 15. São atribuições do Presidente do Conselho:~~

~~I—presidir as suas reuniões;~~

~~II—proferir o voto de qualidade nas reuniões do CEDEL;~~

~~III—deliberar, "ad referendum" do Conselho, nos casos de urgência e relevante interesse do Estado de Goiás;~~

~~IV—assinar as resoluções do Conselho;~~

~~V—baixar portarias e instruções relativas aos serviços do Conselho;~~

~~VI—autorizar despesas de acordo com as diretrizes emanadas pelo CEDEL;~~

~~VII—delegar atribuições;~~

~~VIII—representar o Conselho ou delegar sua representação.~~

## **CAPÍTULO V** **Da Estrutura**

~~Art. 16. O Conselho Estadual de Desporto e Lazer é integrado por uma Secretaria Executiva, que será dirigida cumulativamente, pelo Presidente do Conselho.~~

~~Art. 17. A Secretaria Executiva, para execução de suas atividades, é dotada das seguintes unidades administrativas:~~

~~I—Secretaria Executiva:~~

~~a) Assessoria do Gabinete;~~

~~b) Assessoria de Planejamento;~~

~~II—Departamento de Lazer;~~

~~III—Departamento de Esporte de Participação:~~

~~a) Divisão de Iniciação Esportiva;~~

~~b) Divisão de Atividades Físicas Contínuas;~~

~~c) Divisão de Eventos de Participação;~~

~~IV—Departamento de Esporte de Rendimento:~~

~~a) Divisão de Apoio ao Desporto;~~

~~b) Divisão de Eventos de Rendimento;~~

~~V—Departamento Administrativo Financeiro:~~

~~a) Divisão de Tesouraria;~~

~~b) Divisão de Contabilidade;~~

~~c) Divisão de Recursos Humanos;~~

~~d) Divisão de Serviços Gerais;~~

~~VI—Departamento de Programas Especiais:~~

~~a) Divisão de Capacitação e Treinamento;~~

~~b) Divisão de Rendimento e Participação;~~

~~VII—Departamento de Marketing e Captação de Recursos:~~

~~a) Divisão de Pesquisas e Planejamento;~~

~~b) Divisão de Divulgação e Eventos;~~

~~VIII—Departamento de Futebol Profissional:~~

~~a) Divisão de Promoção;~~

~~b) Divisão de Apoio Técnico~~

~~IX—Departamento de Administração do Centro de Excelência.~~

~~Art. 18. A Secretaria Executiva tem como competência para dirigir, planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico, administrativo e financeiro necessárias ao funcionamento do Conselho.~~

**CAPÍTULO VI**  
**Disposições Gerais e Transitórias**

~~Art. 19. Os assuntos tratados e as decisões tomadas nas reuniões do Conselho ficarão registrados em atas cuja aprovação se fará na primeira reunião subsequente.~~

~~Art. 20. O gestor do Fundo Estadual de Esportes e Lazer é o Presidente do CEDEL.~~

~~Parágrafo único. Toda a movimentação financeira do Fundo Estadual de Esportes e Lazer será executada através do Departamento Administrativo e Financeiro, com aprovação do Presidente do CEDEL.~~

~~Art. 21. A função de tesoureiro do Fundo Estadual de Esporte e Lazer e as respectivas atribuições a que se referem os arts. 4º e 5º do Decreto nº 4.524, de 21 de agosto de 1995, serão exercidas pelo Chefe de Departamento Administrativo e Financeiro.~~

~~Art. 22. A inclusão de todo e qualquer acréscimo na folha de pagamento, decorrente de criação de gratificações de qualquer natureza, vantagens, concessões e outras, à execução daquelas garantidas em lei, será previamente autorizada pela Diretoria Executiva, Conselho de Gestão e submetidas à homologação da Comissão de Avaliação e Controle de Gastos com Pessoal e, quando for o caso, pelo Governador do Estado.~~

~~Art. 23. A criação de cargos efetivos ou comissionados dependerá de projeto de lei a ser submetido à aprovação da Assembléia Legislativa além do atendimento às prescrições do artigo anterior.~~

~~Art. 24. Serão fixadas em regimento interno as competências e as atribuições dos dirigentes das unidades administrativas complementares integrantes da estrutura organizacional da Secretaria Executiva, após apreciação técnica da Agência de Administração e Negócios Públicos e da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.~~

~~Art. 25. A duração do primeiro mandato de Conselheiro do CEDEL terá início na data da posse e findará em 31 de dezembro de 2002.~~

***Este texto não substitui o publicado no D.O. de 18.04.2000.***

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Decreto Numerado Nº 9.766 / 2020 Lei Ordinária Nº 14.383 / 2002 Lei Ordinária Nº 13.550 / 1999 Decreto Numerado Nº 4.524 / 1995
Órgãos Relacionados	Agência Estadual de Turismo - GOIASTURISMO Conselho Estadual de Esporte e Lazer Poder Executivo Secretaria de Estado da Administração - SEAD Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Categoria	Regulamentos e estatutos